

Comissão Permanente de Licitação	Ordem 190 Rúbrica 
Processo N°	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

Pregão Presencial SRP nº 009/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Pis. 191
	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-2073/ 98175-0911, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços**, cujo Edital recebeu o nº 009/2020, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 03 de setembro de 2020, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I
- 1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI
- 1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII
- 1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão	Fls. 192
Permanente	Rubrica: [assinatura]
de	
Licitação	
Processo nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros – veículos tipo “Van” e tipo “Utilitário”, incluindo motorista e combustível, para atender as demandas oriundas do programa TFD, munícipes portadores de insuficiência renal e/ou crônica que necessitam de hemodiálise e pacientes em tratamento oncológico, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. A SMS não está obrigada a contratar a quantidade total estimada, possibilitando a contratação integral, parcial ou mesmo a NÃO contratação.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls: 194
	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls: 195
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 196 Rubrica:
Processo Nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3 -As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; Ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC nº 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 197 Rubrica: [assinatura]
Processo nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR

Data: 11/08/2020

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Ass: 198
Processo nº	Rúbrica: [assinatura]

Processo nº 2020.015.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

- 7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:
- 7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.
- 7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.
- 7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123/06.
- 7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.
- 7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.
- 7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.
- 7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1.**
- 7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

Comissão Permanente de Licitação	Assinatura
	199
Processo N°	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Processo nº 2020.015.000110-P-PR
 Data: 11/08/2020

- 7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 8 deste Edital.
- 7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do subitem 7.6 e seguintes.
- 7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.
- 7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.
- 7.20- Ocorrendo a hipótese do subitem 7.19, o pregoeiro observará o disposto no subitem 7.14 e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.
- 7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.
- 7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da SMS, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.
- 7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito a indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 7.24- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.
- 7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. Rubrica: Processo Nº
---	---------------------------------

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 201
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 202
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2020.045.000110-P-PR

Data: 11/08/2020

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.1- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

8.3.2.1- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como vencedor.

8.3.2.2- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada item, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.2.3- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.2.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá ao pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

8.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

8.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fila: 204
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2020 045 000110-P-PR
Data: 11/08/2020

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 13 do Termo de Referência - Anexo VIII (elaborado pela SMS).

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet poderão ter sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Comissão Permanente de Licitação	Fila: 205 Rubrica: [assinatura]
Processo N°	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começara a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme subitem 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, correrá pelo(s) código(s) correspondente(s), relativo(s) ao Programa de Trabalho e pela(s) Natureza(s) de Despesa(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 206 Data: 11/08/2020
Processo Nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- A empresa vencedora, quando da solicitação dos serviços, deverá retirar a Nota de Empenho no prazo de **03 (três) dias** a contar da comunicação efetivada pelo setor de contratos;

12.1.2- A empresa deverá, obrigatoriamente, prestar os serviços solicitados conforme item 7 do Termo de Referência (Anexo VIII), sob pena das sanções legais cabíveis.

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de fornecimento.

12.1.4- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.5- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.6- Em se tratando de obras e serviços, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, conforme subitem 8.1.1 do Termo de Referência;
- b) definitivamente, conforme subitem 8.1.2 e ss, do Termo de Referência.

12.2- LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1- A vencedora desta licitação terá que prestar os serviços que lhe for adjudicado nos locais definidos no item 7 do Termo de Referência (Anexo VIII).

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

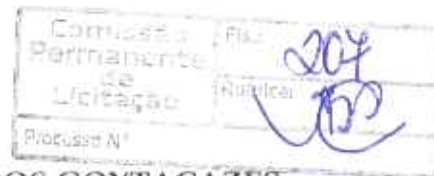
12.3.1- O objeto desta licitação será executado sob a forma indireta, no regime de **empreitada por preço unitário**, conforme Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a SMS convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020



Processo nº 2020-045.000110-P-PR

Data: 11/08/2020

o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da SMS para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 208
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.1.1 - A solicitação de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais, ou encaminhadas por e-mail para o seguinte endereço pregao@campos.rj.gov.br;

15.1.2- As impugnações editais e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 4.119.000,00 (quatro milhões e cento e dezenove mil reais).

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a prestação dos serviços, conforme Termo de Referência (anexo VIII).

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 209
Processo Nº	

Processo nº 2020 045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

17.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do(a) Secretário(a), em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao/à mesmo(a).

17.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls: 210 Rubrica: [assinatura] Processo: 02
---	---

Processo nº 2020.045.000110-P-PR

Data: 11/08/2020

vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- O SMS poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 11 de agosto de 2020.

Jarbas da Fonseca Carneiro Júnior
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 231
Processo Nº	Pública:

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificação do item 3 do Termo de Referência)	QUANT. DE VEÍCULOS	QUANT. DE DIÁRIAS POR VEÍCULO	QUANT. DE KM POR VEÍCULO	QUANT. TOTAL	UND	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS (R\$)
1	Prestação de serviços de transporte de passageiros - veículo tipo "Van" - Campos X Rio de Janeiro X Campos	2	264	N/A	528	DIÁRIA		
2	Prestação de serviços de transporte de passageiros - veículo tipo "Van" - Campos X Itaperuna/Macaé/Natividade X Campos	1	312	N/A	312	DIÁRIA		
3	Prestação de serviços de transporte de passageiros - veículo tipo "Van" - (Distritos/localidades do município de Campos dos Goytacazes e demais rotas intermunicipais)	5	312	N/A	1.560	DIÁRIA		
4	Prestação de serviços de transporte de passageiros - veículo tipo "Utilitário" - (TFD, hemodiálise e oncologia)	5	N/A	45.000	225.000	KM		
VALOR TOTAL R\$								

* N/A - Não Aplicável



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 212 Rubrica: [assinatura] Processo Nº
---	---

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 009/2020, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 009/2020, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam nos itens 03 e 07 do Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Nº 213 Rubrica
Processo nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2020

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SMS E A
EMPRESA _____.**

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº **29.247.491/0001-51**, com sede na Rua Voluntários da Pátria, 875, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-792, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Secretário(a) de Saúde, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº **2020.045.000110-P-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **prestação de serviços de transporte de passageiros - veículos tipo "Van" e tipo "Utilitário"**, incluindo motorista e combustível, para atender as demandas oriundas do programa TFD, munícipes portadores de insuficiência renal e/ou crônica que necessitam de hemodiálise e pacientes em tratamento oncológico, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Nº 214
Processo Nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2020.045.000110-P-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste CONTRATO, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste CONTRATO, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 009/2020.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens envolvidos na execução deste CONTRATO;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela CONTRATANTE;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo fornecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 215
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a prestação dos serviços objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ ____ (____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. ____ e pela Natureza de Despesa N.D. ____ com cobertura através da Nota Empenho nº ____ de 20__.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável nos primeiros 12 meses.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação do contrato, deverá ser observado o disposto no subitem 15.2 do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Flu. 25 Rubrica. [assinatura]
Processo Nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei nº 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 237
Processo Nº	Publicar

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR

Data: 11/08/2020

- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação dos serviços objeto deste contrato é de _____, de acordo com o item 7 do Termo de Referência (Anexo VIII do edital da licitação), sob pena das sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto desta licitação será executado sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Assinatura Rondon: 
Processo nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 009/2020, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA e respectivos anexos do processo administrativo nº 2020.045.000110-P-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente CONTRATO, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2020.

Contratante: _____
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: _____

Testemunhas: _____

Comissão Permanente de Licitação	Ass. 219 Rubrica 
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Processo nº 2020 045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, na modalidade PREGÃO nº 009/2020, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2020.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	PM
Processo nº	220
	Assinatura: [assinatura]

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 009/2020

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)..... portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2020.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020



Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº 009/2020.

Campos dos Goytacazes, de de 2020.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 222 Assinatura: [assinatura]
Processo nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR

Data: 11/08/2020

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP
(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 009/2020

.....(razão social do licitante) com endereço na

inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:**

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2020.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Comissão	Plata
Permanente	223
de	
Licitação	223
Processo nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL
Nº 009/2020

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ nº 29.247.491/0001-51, com sede na Rua Voluntários da Pátria, 875, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-792, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05 e nº 342/06 com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 009/2020, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros – veículos tipo “Van” e tipo “Utilitário”, incluindo motorista e combustível, para atender as demandas oriundas do programa TFD, munícipes portadores de insuficiência renal e/ou crônica que necessitam de hemodiálise e pacientes em tratamento oncológico, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses.

Processo nº 2020.045.000110-P-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Descrição do Material	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário R\$

- 1.1 Nos anexos I e VIII do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, mediante a convocação para a assinatura do contrato.
- 1.2 As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
- 1.3 A prestação dos serviços deverá ser feita no prazo definido no Termo de Referência – Anexo VIII do edital da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Comissão Permanente de Licitação	Assinatura: 
Processo Nº	

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

- 1.4 - Os produtos deverão conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos, quando couber.
- 1.5 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a corrigir/refazer falhas nos serviços que vierem a ser recusados, de acordo com o Termo de Referência.
- 1.6 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir do contato feito pela Secretaria Municipal de Saúde, quando couber.
- 1.7 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.8 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.9.1 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

2.0 - Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

- 2.1.1 - Gerenciar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento do fornecimento, avaliar o mercado constantemente de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.
- 2.1.2 - Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 2.1.3 - Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade ocorrida na execução do contrato.

3- Compete a CONTRATADA:

- 3.1 Executar durante 12 (doze) meses o fornecimento objeto desta Ata, a contar da publicação do extrato da mesma no Diário Oficial, na forma e condições aqui fixadas, mediante requisição da SMS, devidamente assinada pela autoridade responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Presencial nº 009/20;
- 3.2 Executar os serviços conforme especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento estabelecidas nesta Ata.

Comissão Permanente de Licitação	Rua: 225
	Quilômetro: 02
Processo nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº009/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

A(s) empresa(s) _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecimento, objeto da licitação, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa

Testemunhas: _____



Comissão Permanente de Licitação	Processo nº 226 100
---	---------------------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão SRP nº 009/2020

Processo nº 2020.045.000110-P-PR
Data: 11/08/2020

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 visa estabelecer os requisitos básicos norteadores para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – VEÍCULOS TIPO “VAN” E TIPO “UTILITÁRIO”, INCLUINDO MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DO PROGRAMA TFD, MUNICÍPES PORTADORES DE INSUFICIÊNCIA RENAL E/OU CRÔNICA QUE NECESSITAM DE HEMODIÁLISE E PACIENTES EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO.**

1.2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma presencial, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, que será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO ITEM**, conforme condições deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constitui-se em uma entidade de direito público, pertencente ao Poder Público Municipal e responsável pelo o exercício do controle administrativo, financeiro e operacional de diversos Programas, Centros de Referência, Unidades Básicas de Saúde e setores no Município de Campos dos Goytacazes.

Os serviços contemplados no objeto deste instrumento editalício visam garantir o tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem, através do programa Tratamento Fora Domicílio – TFD, bem como os munícipes portadores de insuficiência renal e/ou crônica que necessitam de hemodiálise e pacientes em tratamento oncológico.

2.2. A contratação dos serviços constantes neste Termo de Referência, em procedimento licitatório, por Sistema de Registro de Preços – SRP atende ao disposto no artigo 15, inciso II da Lei 8.666/93 e aos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade e da eficiência e proporciona maior transparência no uso dos recursos públicos.

2.3. A presente solicitação possibilita algumas vantagens ao Município de Campos dos Goytacazes, dentre elas a redução do número de licitações, agilidade nas aquisições e no fornecimento dos itens às unidades organizacionais, maior economicidade, além de não ser necessário prévio bloqueio orçamentário para realizar o certame licitatório.

3. DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTDE. DE VEÍCULOS	QTDE DE DIÁRIA ANUAL POR VEICULO
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros – Veículo Tipo “Van”, com no mínimo de 16 (dezesseis) lugares sentados, com quilometragem livre, no máximo (03) três anos de fabricação, pneus novos, ar condicionado, equipamentos de segurança, seguro total incluindo	DIÁRIA	2	264



para passageiros sem custo de franquia para a CONTRATANTE, espelhos retrovisores em ambos os lados, cintos de segurança retrateis, limpadores de para-brisa, assentos individuais e reclináveis, cortinas, vidros escurecidos com película fumê em todos os vidros laterais, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e legislação vigente (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) em conformidade com as normas da ANTT e DETRO/RJ, com seguro total, inclusive para os passageiros, sem custo de franquia para a

CONTRATANTE, com todos os itens funcionando perfeitamente, impostos atualizados, documentação regular e devidamente habilitado para transporte de passageiros em rodovias federais. Incluso motorista e todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro, custos com alojamento e alimentação do motorista, pedágio e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

O motorista e o combustível ficarão sob responsabilidade da CONTRATADA.

Percurso: Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro/Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes (TFD)

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros – Veículo Tipo "Van", com no mínimo de 16 (dezesseis) lugares sentados, com quilometragem livre, no máximo (03) três anos de fabricação, pneus novos, ar condicionado, equipamentos de segurança, seguro total incluindo para passageiros sem custo de franquia para a CONTRATANTE, espelhos retrovisores em ambos os lados, cintos de segurança retrateis, limpadores de para-brisa, assentos individuais e reclináveis, cortinas, vidros escurecidos com película fumê em todos os vidros laterais, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e legislação vigente (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) em conformidade com as normas da ANTT e DETRO/RJ, com seguro total, inclusive para os passageiros, sem custo de franquia para a

CONTRATANTE, com todos os itens funcionando perfeitamente, impostos atualizados, documentação regular e devidamente habilitado para transporte de passageiros em rodovias federais. Incluso motorista e todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro, custos com alojamento e alimentação do motorista, pedágio e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

O motorista e o combustível ficarão sob responsabilidade da CONTRATADA.

Percurso:

- Campos dos Goytacazes – Itaperuna / Itaperuna – Campos dos Goytacazes

- Campos dos Goytacazes – Macaé / Macaé – Campos dos Goytacazes

- Campos dos Goytacazes – Natividade / Natividade – Campos dos Goytacazes (TFD)

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros – Veículo Tipo "Van", com no mínimo de 16 (dezesseis) lugares sentados, com quilometragem livre, no máximo (03) três anos de fabricação, pneus novos, ar condicionado, equipamentos de segurança, seguro total incluindo para passageiros sem custo de franquia para a CONTRATANTE, espelhos retrovisores em ambos os lados, cintos de segurança

Contratação	228
Permanência	
Licitação	
Processo Nº	

2	DIÁRIA	1	312
3	DIÁRIA	5	312



	<p>retrateis, limpadores de para-brisa, assentos individuais e reclináveis, cortinas, vidros escurecidos com película fumê em todos os vidros laterais, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e legislação vigente (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) em conformidade com as normas da ANTT e DETRO/RJ, com seguro total, inclusive para os passageiros, sem custo de franquia para a CONTRATANTE, com todos os itens funcionando perfeitamente, impostos atualizados, documentação regular e devidamente habilitado para transporte de passageiros em rodovias federais. Incluso motorista e todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro, custos com alojamento e alimentação do motorista, pedágio e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.</p> <p><u>O motorista e o combustível ficarão sob responsabilidade da CONTRATADA.</u></p> <p>Percursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Morro do Coco – Secretaria Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – Morro do Coco - Farol de São Thomé – Secretaria Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – Farol de São Thomé - Lagoa de Cima – Secretaria Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – Lagoa de Cima - Venda Nova – Secretaria Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – Venda Nova <p>Demais rotas intermunicipais necessárias, a serem definidas pela Secretaria de Saúde (Hemodiálise e Oncologia)</p>			
4	<p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros – Veículo Tipo "Utilitário", com, no mínimo, 07 (sete) lugares sentados; 04 (quatro) portas, motor, no mínimo, 1.8 flex (bi-combustível), com quilometragem livre, no máximo (03) três anos de fabricação, pneus novos, travas elétricas; vidros elétricos; freio abs; airbag duplo (motorista/passageiro); capacidade do tanque mínimo de 60 litros de combustível; ar condicionado; transmissão manual de 06 (seis) marchas, sendo 05 a frente e 01 ré; direção hidráulica ou elétrica; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e legislação vigente (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc.) em conformidade com as normas da ANTT e DETRO/RJ, com seguro total, inclusive para os passageiros, sem custo de franquia para a CONTRATANTE, com todos os itens funcionando perfeitamente.</p> <p><u>O combustível ficará sob responsabilidade da CONTRATADA.</u> (TFD, Hemodiálise e Oncologia)</p>	KM	5	45.000

3.1. Em relação aos Itens 1, 2 e 3 (Veículos tipo "van"), foi definida a forma de contratação como diária por se tratarem de percursos definidos e que não irão variar ao longo da prestação de serviço;

3.2. Em relação ao item 4 (veículos tipo "utilitário"), foi definida a forma de contratação como quilometragem (km) pelo fato de não apresentar percurso fixo, pois poderão ser realizadas viagens intermunicipais, interestaduais e deslocamentos dentro do próprio município.

4. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

4.1. Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no futuro certame, pelo fato de que a separação dos itens por cotas poderá apresentar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, com base no art. 57, inciso II da Lei Municipal nº 8.768/2017:

"Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:

II - O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios."

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da prestação de serviço do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte Categoria Econômica do Orçamento vigente:

- Fonte de Recurso Municipal: 133 e 166;

- Fonte de Recurso Federal: 212.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, será de **12 (doze) meses**, e iniciar-se-á na data da sua publicação.

6.2. Os contratos decorrentes da presente licitação poderão ter seus prazos de vigência fixados obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei Geral de Licitações e Contratos, Acórdão nº 1.737/2012 – Plenário Tribunal de Contas da União; quando for de interesse da Administração Pública; desde que os serviços estejam atendendo à contento, bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. Os serviços serão efetuados somente com a apresentação das Notas de Empenho e/ou Contrato e/ou Ordem de Serviço, nas quantidades e formas estipuladas no documento, com as demais características do serviço e no local indicado;

7.1.1. A prestação do serviço objeto deste termo de referência iniciar-se-á em **até 05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço e/ou mediante assinatura do Contrato;

7.1.2. Locais de partida e retorno dos veículos:

7.1.2.1. Se tratando de pacientes assistidos pelo Programa de TDF, preferencialmente, o local de partida e retorno, será na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rua Voluntários da Pátria, nº 875, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ;

7.1.2.2. Se tratando de pacientes em tratamento de hemodiálise ou oncológico, preferencialmente, o local de partida e retorno, será a residência do munícipe, sendo a rota definida pela Secretaria Municipal de Saúde e informada previamente a Contratada;

7.1.2.3. Os veículos deverão estar no mínimo 1 (uma) hora antes do horário estabelecido pela Contratante, no local indicado;

7.1.2.4. O local de partida poderá ser modificado por solicitação da contratante até 48 (quarenta e oito) horas anterior a data estabelecida para o embarque;

7.2. Os veículos:

7.2.1. O veículo deverá ser tipo "VAN", com no mínimo 16 (dezesseis) passageiros sentados, com quilometragem livre, no máximo 03 (três) anos de fabricação, pneus novos, ar condicionado, equipamentos de segurança, seguro total, inclusive de passageiros, sem custo de franquia para a CONTRATANTE, espelhos retrovisores em ambos os lados, cintos de segurança retráteis, limpadores de para-brisa, assentos individuais e reclináveis, cortinas, vidros escurecidos com película fumê em todos os vidros laterais, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e legislação vigente (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc) em conformidade com as normas da ANTT e DETRO/RJ, com seguro total, inclusive para os passageiros, sem custo de franquia para a CONTRATANTE, com todos os itens funcionando perfeitamente impostos atualizados, documentação regular e devidamente habilitado para transporte de passageiros em rodovias federais.

7.2.2. O veículo deverá ser Tipo "UTILITÁRIO", com, no mínimo, 07 (sete) lugares sentados, 04 (quatro) portas, motor, no mínimo, 1.8 flex (bi-combustível), com quilometragem livre, no máximo (05) cinco anos de fabricação, pneus novos, travas elétricas; vidros elétricos; freio abs; airbag duplo (motorista/passageiro); capacidade do tanque mínimo de 60 litros de combustível; ar condicionado; transmissão manual de 06 (seis) marchas, sendo 05 a frente e 01 ré; direção hidráulica ou elétrica; equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN e legislação vigente (macaco, chave de rodas, pneu reserva, extintor de incêndio, triângulo, etc) em conformidade com as normas da ANTT e DETRO/RJ, com seguro total, inclusive para os passageiros, sem custo de franquia para a CONTRATANTE, com todos os itens funcionando perfeitamente.

7.3. Todos os veículos deverão conter todos os equipamentos de segurança exigidos por lei, tais como, extintor de incêndio, roda sobressalente, macaco, triângulo, dentre outros;

7.4. Todos os veículos deverão estar devidamente licenciados e emplacados;

7.5. Todos os veículos deverão possuir apólice de seguro para os passageiros (APP), bem como dos possíveis eventuais sublocados;

7.6. Todos os veículos deverão ser entregues devidamente higienizados e em condições em uso para percorrer trajeto intermunicipal e traslado local;

7.7. Deverá estar incluso motorista, combustível, e todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro, custos com alojamento e alimentação do motorista, pedágio e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

7.8. A contratada deverá encaminhar diariamente relatório dos serviços prestados ao Setor de Transporte de Secretaria Municipal de Saúde, devendo conter nestes o controle das entradas/saídas dos veículos, quilometragem percorrida e demais ocorrências e observações pertinentes.

7.9. Em relação ao Veículo Tipo Utilitário (Item 04), deverá ser enviado, diariamente, à CONTRATADA, registro da quilometragem inicial e final do veículo, de modo a possibilitar a correta fiscalização da quilometragem percorrida ao longo do dia;

7.10. Os veículos deverão estar devidamente identificados, com logotipo da Prefeitura Municipal de Campos e a mensagem "a serviço da Secretaria Municipal de Saúde", através de adesivação ou plotagem, cabendo à CONTRATADA os custos relativos ao serviço.



PREFEITURA DE

CAMPOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão	232
Assinatura	169

- 7.11. Os veículos disponibilizados para prestação do serviço objeto do presente termo, não poderão realizar quaisquer percursos e/ou trajetos que não sejam "a serviço da Secretaria Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes/RJ".
- 7.12. As rotas de transporte de passageiros serão definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, e deverão ser repassadas à CONTRATADA com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- 7.13. Deverá a CONTRATADA, antes do início da execução dos serviços, encaminhar à CONTRATANTE lista dos veículos que executarão os serviços, contendo Placa, Chassi e cópias dos documentos de licenciamento dos veículos. Tal listagem deverá ser reencaminhada a cada vez que houver substituição de algum veículo;
- 7.14. Deverá a CONTRATADA, antes do início da execução dos serviços, encaminhar à CONTRATANTE lista dos funcionários que executarão os serviços, contendo Nome, telefone de contato e cópias dos documentos de identificação e habilitação, além de comprovação do vínculo com a empresa. Tal listagem deverá ser reencaminhada a cada vez que houver substituição de algum funcionário;
- 7.15. Os profissionais a serviço da CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados através de crachá, e utilizando todos os EPI's exigidos pelas normas vigentes, cabendo à CONTRATADA os custos relativos a tais materiais;
- 7.16. Será de obrigação da CONTRATADA a substituição imediata dos veículos que apresentem qualquer problema ou defeito que os impossibilite de realizar o transporte dos passageiros, devendo a CONTRATANTE ser informada de tal ocorrência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 7.17. Caberá à CONTRATADA a substituição imediata do profissional que, por qualquer razão, esteja impossibilitado de realizar o serviço ao qual está obrigado, devendo a CONTRATANTE ser informada de tal ocorrência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 7.18. Em caso de substituição de veículo ou funcionário, por interesse da CONTRATADA, tal fato deverá ser informado à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- 7.19. A contratada deverá disponibilizar dois telefones de contato para o atendimento e suporte, disponível durante todo o expediente de prestação dos serviços, indicando o nome do(s) funcionário(s) que estará(ão) responsável(is) por tais atendimentos.

8. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

8.1.1. **Provisoriamente** - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da prestação do serviço, objeto deste termo de referência, no local indicado na Ordem de serviço, para posterior verificação da conformidade do equipamento instalado com as especificações nele constante.

8.1.2. **Definitivamente** - O recebimento definitivo dos serviços contratados se dará por servidor e constará de:

I - A verificação dos serviços contratados para constatar a integridade dos mesmos.

II - A verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

III - A critério exclusivo do Município poderão ser realizados testes de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.



PREFEITURA DE

CAMPOSESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1.3. Caso satisfatório as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que também poderá ser suprido pelo ateste do servidor responsável na nota fiscal/fatura correspondente ao pagamento pela execução do serviço.

8.1.4. Caso sejam insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o serviço será rejeitado, devendo ser corrigido no prazo máximo de 01 (uma) hora, quando se realizarão novamente as verificações constantes do subitem 8.1.2 acima.

8.1.5. Caso a correção não ocorra nos prazos previstos no Termo de Referência estará a Contratada incorrendo em atraso na execução, sujeita à aplicação das sanções previstas.

8.1.6. Os custos da correção supracitada correrão exclusivamente à conta da Contratada.

8.2. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço prestado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução do mesmo.

8.3. À Contratada caberá sanar a irregularidade apontada no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

9.2. Executar o contrato na forma estabelecida no presente Termo de Referência;

9.3. Dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo reserva para cada item, para imediata substituição em caso de pane, defeito, casos fortuitos, dentre outros, evitando assim a interrupção do serviço;

9.4. Disponibilizar motorista para prestação do serviço objeto do presente termo, com habilitação de acordo com a legislação vigente, e devidamente uniformização, devendo conter a identificação do mesmo;

9.5. Executar os serviços de revisão de acordo com as especificações e/ou normas exigidas no manual do veículo, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;

9.6. Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente dos serviços de revisão, inclusive aquela necessária ao manuseio e operação dos veículos;

9.7. Realizar a manutenção preventiva e corretiva integral do veículo e de todos os acessórios envolvidos na prestação do serviço incluindo a substituição de peças danificadas quando necessário;

9.8. As possíveis complicações deverão ser assumidas pela contratada, inclusive os custos gerados pelas mesmas;

9.9. Indicar preposto tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados;

9.10. Comunicar imediatamente, ao Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do serviço, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha ocorrer;

9.11. Arcar com todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro, custos com alojamento e alimentação do motorista, pedágio, multas, licenciamento, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto;

9.12. Fornecer combustível para as viagens;

- 9.13. A contratada será responsabilizada civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo, acidente ou dano que, em virtude de seus serviços prestados, vir a ser causado a Administração Pública e/ou a terceiros, obrigando-se a garantir a qualidade do serviço a ser entregue, bem como da qualidade e segurança dos pacientes;
- 9.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente termo;
- 9.15. Manter, durante o prazo de validade do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 9.16. Responsabilizar-se, integralmente, pela realização dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 9.17. Executar os serviços em horários pré-estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 9.18. O descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação;
- 9.19. Os serviços deverão ser realizados utilizando recursos humanos próprios da CONTRATADA;
- 9.20. São da responsabilidade da contratada encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
- 9.21. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.
- 9.22. Responsabilizar-se pelo seguro referente ao veículo contra danos materiais, pessoais e contra terceiros, acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, e, ainda, danos eventuais causados à Contratante, bem como a terceiros, quando praticados, ainda que involuntariamente, por seus empregados, cabendo a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso, ficando desde já a Administração Pública, isenta de quaisquer responsabilidades.
- 9.23. Quando necessário, apresentar licença expedida pelo DETRO/RJ juntamente com a numeração do RJ e CRCF (certificado de registro de contrato de fretamento).
- 9.24. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos serviços, na forma disposta neste termo.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. São obrigações da contratante:
- 10.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do presente termo de referência;
- 10.3. Informar a Contratada, em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, data e local da viagem;
- 10.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na realização dos exames, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazos para as devidas correções e/ou adotar recursos contratuais de punição quando aplicável;
- 10.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 10.6. Prever em sua programação financeira e orçamento, os recursos necessários para custear as despesas relativas ao contrato;
- 10.7. Adotar as providências necessárias, dentro de suas possibilidades legais de atuação, para viabilizar a execução do objeto do contrato;
- 10.8. Analisar a capacidade e as condições de prestação de serviços a fim de verificar se a contratada está mantendo seu nível técnico assistencial para execução do objeto do contrato;
- 10.9. Fiscalizar, na forma disposta no contrato e, sempre que necessário, o desenvolvimento das atividades;

- 10.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 10.11. Designar o servidor para acompanhar e fiscalizar o objeto do presente termo e para atestar o recebimento do mesmo, nos termos constantes deste termo.
- 10.12. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados.
- 10.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as exigências deste termo de referência.
- 10.14. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e nos prazos pactuados.
- 10.15. Notificar por escrito a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 10.16. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a prestação do serviço, desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.
- 11.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo para isto a CONTRATADA, identificar na Nota Fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito;
- 11.3. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da **CND CRF e FGTS (CEF)**, dentro dos seus respectivos prazos de validade, além de Relatório de Execução dos Serviços nos moldes indicados nos subitens 7.8 e 7.9. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.
- 11.4. O recolhimento de impostos e contribuições municipais, por determinação da Secretaria Municipal de Fazenda, será realizado pela contratante, no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida. Devendo a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura apresentar, na mesma, a alíquota e o valor a ser recolhido;
- 11.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 11.6. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomençará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

12. DA VISTORIA TÉCNICA

- 12.1. Como condição para assinatura do contrato, a Secretaria Municipal de Saúde através do Departamento de Transporte realizará visita, a fim de certificar se a licitante vencedora possui o veículo em condições de atender a contento e conforme as exigências do presente termo;
- 12.2. A empresa, quando da vistoria, deverá comprovar frota de no mínimo 01 (um) veículo reserva para cada item constante no objeto desta demanda, com quilometragem livre, no máximo 03 (três) anos de fabricação, comprovado através de cópias autenticadas dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV, emitidos por órgão competente de trânsito;

12.3. Para os veículos cujos nomes estiverem registrados como da empresa licitante e ou de seus sócios, a comprovação se dará por meio da documentação do veículo e juntamente com contrato social da empresa licitante;

12.4. Para os veículos sublocados, a comprovação se dará mediante a apresentação do documento do veículo e cópia do contrato de locação entre a empresa vencedora e o locador;

12.5. A empresa, quando da vitória, deverá apresentar apólice de seguro do veículo dos passageiros (APP), bem como dos possíveis e eventuais sublocados;

12.6. O objeto do presente termo de referência só será adjudicado à empresa vencedora após relatório técnico devidamente atestado pelo representante do Departamento de Transporte desta Secretaria.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. As empresas deverão apresentar junto ao envelope de habilitação, os seguintes documentos:

13.1.1. **Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica** ou certidão, expedido por pessoa jurídica de Direito Público ou privado, (no último caso, o atestado deverá ter firma reconhecida), apresentado em papel timbrado do emitente, que comprove que a licitante prestou ou está prestando de maneira satisfatória e a contento, serviços da mesma natureza, com características técnicas compatíveis com o objeto licitado.

14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E REPACTUAÇÃO

14.1. O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da Contratante.

14.2. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

14.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

14.4. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

14.5. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

14.6. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I. Da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II. Da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

14.7. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

14.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

14.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

14.10. A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II. As particularidades do contrato em vigência;

III. A nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, e

V. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

14.11. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

14.12. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

14.13. O prazo referido de sessenta dias ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

14.14. O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

14.15. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

14.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

14.17. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

14.18. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.19. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, os seus preços deverão ser corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.20. O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

14.21. É admitida estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

14.22. O reajuste em sentido estrito terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior liver se referido.

14.23. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

15. DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. Os preços serão fixos e inajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.

15.2. Havendo prorrogação do contrato de prestação de serviço, esse preço mensal será reajustado a partir do 13º (décimo terceiro) mês, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em conformidade com a legislação em vigor, tomando-se por base o índice vigente no mês da apresentação da proposta em relação ao do mês do reajustamento devido.

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. A Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre os serviços a serem prestados, diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste termo, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis.

16.2. A fiscalização e o acompanhamento serão exercidos pelo servidor responsável pelo Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde, que terá dentre outras atribuições, a incumbência de solicitar à CONTRATADA a substituição de materiais ou equipamentos que considere ineficiente ou inadequado ou que estejam fora das

especificações contratadas, ou ainda, serviços de terceiros;

16.3. O servidor responsável registrará em relatório as deficiências verificadas na prestação do serviço, encaminhando cópias à CONTRATADA para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo;

16.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder quaisquer diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações legais;

16.5. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 8.080/90, ensejará a rescisão do contrato, sendo possibilitado o contraditório e a ampla defesa;

17. DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

Campos dos Goytacazes, 15 de junho de 2020.


Paulino M. dos Santos
Advogado OAB nº 17.040/1
Campos dos Goytacazes/RJ

Ciente, pelo prosseguimento,


Cintia Ferrini Farias
Secretária Municipal de Saúde
Campos dos Goytacazes/RJ
Cintia Ferrini Farias
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 36823